

do Legislativo de 28/09/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião Ordinária

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Plenário

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA EM 26/9/2000

Presidência do Deputado João Paulo

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum" - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Amilcar Martins - Antônio Genaro - João Paulo.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado João Paulo) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 27, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (-A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 177ª reunião ordinária, em 28/9/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.076/2000, do Governador do Estado, que dispõe sobre a reorganização e as atribuições do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, apresentadas pela Comissão de Saúde.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.506, que dispõe sobre o pagamento de militares e servidores públicos ativos e inativos e pensionistas do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.519, que reserva 4% das poltronas dos ônibus intermunicipais e interestaduais às pessoas obesas e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.521, que cria processo seletivo simplificado para os casos de contratação por tempo determinado para exercício de função pública, sob a forma de contrato de direito administrativo. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.530, que atribui responsabilidade ao DER-MG pela construção, pela manutenção e por reparos de trechos de estrada que menciona. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.550, que regulamenta o art. 66, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.551, que altera a Lei nº 12.622, de 25/9/97, que cria a Ouvidoria de Polícia do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.554, que estabelece as diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado de Minas Gerais para o exercício de 2001. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.523, que altera dispositivos da Lei nº 12.733, de 30/12/97, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Chico Rafael solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 29/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera dispositivos do art. 42 da Lei nº 6.624, de 18/7/75, que dispõe sobre a organização básica da PMMG e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/99, do Deputado João Paulo, que dá nova redação ao inciso V do art. 170 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 17/99, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 20, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1, 2, 4 a 11, 13, 14, 15, 17 e 18, da Comissão de Justiça, 21 a 100, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 3, 19 e 20, da Comissão de Justiça, ficando prejudicadas as Emendas nºs 12 e 16, também de Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 100.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.004/2000, do Deputado Márcio Kangussu, que institui o Dia Estadual de Manifestações Contra o Trabalho e a Exploração Infantil. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 585/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa portadora de deficiência, cria o Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 741/99, do Deputado José Milton, que cria a Área de Proteção Ambiental Fazenda Capitão Eduardo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Meio Ambiente opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 795/2000, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre o Programa de Regularização e Controle das Ilhas Fluviais e Lacustres do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 830/2000, do Deputado Alberto Bejani, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 897/2000, do Deputado Agostinho Silveira, que dispõe sobre higiene bucal nas escolas de ensino fundamental e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão

de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 945/2000, do Deputado Márcio Cunha, que altera a Lei nº 13.464, de 12/1/2000, que cria o Fundo Estadual de Recuperação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico - FUNPAT. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 998/2000, do Deputado Doutor Viana, que obriga o Estado de Minas Gerais a devolver ao cidadão a taxa de inscrição em concurso público que não foi realizado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4/99, do Deputado Sávio Souza Cruz, que dispõe sobre a política estadual de coleta seletiva de lixo. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 289/99, do Deputado Arlen Santiago, que institui o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 365/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre a associação do Poder Executivo a entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Márcio Kangussu solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 540/99, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a busca de pessoas desaparecidas. A Comissão de Direitos Humanos perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 797/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui atendimento especial a deficiente visual em instituições bancárias. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 821/2000, do Deputado João Paulo, que altera os arts. 1º e 3º da Lei nº 12.789, de 17/4/98, que torna obrigatória a afiação de preço em produto comercializado no varejo e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 880/2000, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 12.730, de 30/12/97. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 900/2000, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmo da Mata o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 937/2000, da CPI do IPSM, que cria o Conselho de Beneficiários do IPSM. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 940/2000, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Inhapim o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.043/2000, do Deputado Durval Ângelo, que atualiza a pensão de ex-Deputados cassados e concede indenização. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 19h30min do dia 28/9/2000, destinada à realização do Ciclo de Debates Educação para o Consumo.

Palácio da Inconfidência, 27 de setembro de 2000.

Anderson Adatao, Presidente.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. Secretário despachou, em 26/9/2000, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Rafael Guerra, Deputado Federal, comunicando, em atenção ao Requerimento nº 1.561/2000, do Deputado Gil Pereira (protesto contra a não-inclusão dos municípios do vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas no Programa de Desenvolvimento Integrado Sócio-Econômico IDH-14), que está acompanhando com interesse o assunto, na expectativa de que tal decisão seja modificada.

Da Sra. Maria Elvira, Deputada Federal, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem ao Colégio Marista Dom Silvério.

Do Sr. José Augusto Trópia Reis, Secretário da Fazenda, encaminhando, em atenção a requerimento da Comissão de Fiscalização Financeira, nota técnica relativa ao Projeto de Lei

nº 1.014/2000, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária incidente sobre vidros. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.014/2000.)

Do Sr. Maurício Guedes de Mello, Secretário de Transportes e Obras Públicas (4), informando, em atenção aos Requerimentos nºs 894/99, da Comissão de Transporte, e 974/99, do Deputado Bilac Pinto, que estão em andamento os serviços de pavimentação da estrada que liga o Município de Munhoz à BR-381, via Município de Toledo; em atenção ao Requerimento nº 1.246/2000, do Deputado Carlos Pimenta (recuperação da Rodovia BR-251, no trecho Montes Claros-Francisco Sá), que o DNER está realizando a obra solicitada; em atenção aos Requerimentos nºs 271 e 115/99, do Deputado Eduardo Daladier (pavimentação dos trechos Imbé de Minas-BR-116 e Bom Jesus do Galho-Córrego Novo-Pingo d'Água, respectivamente), que essa Secretaria não dispõe, no momento, de recursos para realizar as obras solicitadas.

Dos Srs. Luís Márcio Vianna, Secretário de Minas e Energia, e Gerson de Brito Mello Bosen, Reitor da UEMG, em atenção a requerimento da CPI das Licitações (solicitação de cópias de contratos firmados com a Empresa Montreal Informática a partir de 1995), comunicando que não foi assinado nenhum contrato com a referida empresa. (- À CPI das Licitações.)

Do Sr. Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil, em atenção ao Requerimento nº 1.565/2000, da Comissão de Transporte (solicitação de patrolamento e cascalhamento de rodovias do Norte do Estado), informando que o assunto foi encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas.

Do Sr. Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil, em atenção ao Requerimento nº 1.537/2000, da Comissão de Política Agropecuária (implantação do Programa Banco da Terra), informando que o assunto foi encaminhado às Secretarias de Agricultura e do Planejamento.

Do Sr. Roberto Mauro Amaral, Diretor do escritório da SUDENE em Minas Gerais, em atenção ao Requerimento nº 1.446/2000, da Comissão de Política Agropecuária (abertura de poços no Norte de Minas), comunicando as metas constantes no Programa Permanente de Convivência com a Seca.

Do Sr. Elson Vilela Nogueira, Procurador Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região - MG, comunicando sua nomeação para o referido cargo.

Do Sr. José Élcio S. Monteze, Chefe do 6º Distrito Rodoviário Federal, em atenção ao Requerimento nº 1.436/2000, do Deputado Arlen Santiago (obras de melhorias em trechos de rodovias), informando que está sendo aguardada liberação de recursos para o início das intervenções.

Do Sr. José Luciano Pereira, Coordenador Seccional do COPAM, (2), informando, em atenção ao Requerimento nº 1.524/2000, da Deputada Maria José Haueisen, que a ação pleiteada - imediata apuração do eventual despejo de substâncias agrotóxicas na bacia do Riachão, no Norte de Minas, proveniente de empreendimentos de irrigação que utilizam pivôs centrais - é competência do Instituto Mineiro de Agropecuária. (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.524/2000.); comunicando, em resposta ao Requerimento nº 1.526/2000, da Deputada Maria José Haueisen - análise urgente do impacto ambiental causado por plantações de eucalipto na cabeceira da bacia do Riachão, no Norte de Minas -, que é responsabilidade do empreendedor a apresentação do estudo referido, cujo prazo de elaboração varia de 180 a 360 dias (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.526/2000.).

Do Sr. José Magela Alves Pereira, Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil, encaminhando cópia do parecer do Diretor Jurídico da entidade sobre as pendências relativas a aposentadorias na Polícia Civil, no qual pleiteia seja realizada nesta Casa uma reunião pública para tratar do assunto.

Do Sr. João Bernardo Pacheco, Presidente em exercício da Fundação Educacional Caio Martins, informando, em resposta a pedido da CPI das Licitações, que não foi firmado contrato entre a Fundação e a empresa Montreal Informática Ltda. no período de 1995 a 2000.

Do Sr. Paulo Roberto de Paula, Diretor Presidente da MGI - Minas Gerais Participações S.A., encaminhando, a pedido da CPI das Licitações, cópia do contrato firmado entre a MGI e a Montreal Informática Ltda., o único no período de 1995 a 2000. (- Distribuídos à CPI das Licitações.)

TELEGRAMA

Do Sr. Stefan Bogdan Salej, Presidente da FIEMG, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem à COOPERTÊXTIL de Pedro Leopoldo.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 14/9/2000, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.915, de 2000, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Eduardo Hermeto

exonerando, a partir de 27/9/2000, Célio Daniel Ferreira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Luciana Tessele Antunes para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Equipotec - Assistência Técnica e Capotaria Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos. Objeto do aditamento: 1ª prorrogação. Vigência: 12 meses a partir de 23/11/2000. Dotação orçamentária: 01.031.101.4-123.0001 3132.

Aviso de Licitação

Convite nº 61/2000 - Objeto: contratação de serviços de manutenção preventiva e assistência técnica em 1 estabilizador e 2 "no-breaks" - Licitante vencedora: Digitécnica Equipamentos e Serviços Ltda.